

Discursos sobre a Prostituição Feminina em Jornais Diários do Rio de Janeiro (1890 a 1920)

LENISE LANTELME CARDOSO*
(*Universidade Metodista de São Paulo*)

Resumo

Estudo feito nos jornais de maior circulação do período que, com base na metodologia da análise do discurso (AD) de tendência francesa, apontou para um discurso classista, padronizante, utilizando a prostituta e seu universo circundante como imagens virtuais de um discurso jornalístico preconcebido.

Palavras-chave: prostituição feminina, jornalismo, análise do discurso

Resumen

La investigación hecha en periódicos de mayor circulación de la época con base en la metodología del discurso de tendencia francesa apuntó para un discurso classista, padronizante y que utilizó la prostituta y su universo ambiental como imágenes virtuales de un discurso periodístico preconcebido.

Palabras-clave: prostitución femenina, periodismo, metodología del discurso

Resumen

The research, based on several large circulation newspapers of the period and using the French methodology school of discourse analysis, reveals a classbound patronizing perspective placing the prostitute and her surrounding environment in preconceived journalistic stereotypes.

Keywords: female prostitution, journalism, discourse analysis

* Finalista do PRÊMIO INTERCOM 96, modalidade Jornalismo, na categoria Mestrado, com o trabalho aqui apresentado, a autora é bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em Comunicação pela Unibersidade Metodista de São Paulo e, profissionalmente, especializou-se em assessoria de comunicação para empresas e instituições.

Descrição da pesquisa

A cidade do Rio de Janeiro, desde 1763, era a capital da Colônia e sede do Vice-Reinado de Portugal. E é com esse status de capital que ela atravessa os Reinados, após a Proclamação da Independência, em 1822, e chega à República, em 1889. Dessa forma, a cidade, que sempre foi marcada pela convergência de interesses políticos e econômicos, é atingida em cheio, na República, pelo ideal de modernização, já que o progresso passa a ser a "marca da nova institucionalidade".

A imprensa, nesse cenário de mudanças, cumpriu o papel de traduzir o discurso dominante para os demais grupos sociais. "Nesse sentido, os jornais mais importantes, mesmo seguindo linhas editoriais diversas ou sendo claramente adversários, igualavam-se na difusão de uma ideologia - a do progresso -, fomentando, ao mesmo tempo, o processo de disciplinarização das camadas populares."

Nesse contexto, é a figura da meretriz e seu universo circundante um dos pontos de interesse da nossa pesquisa. A partir de 1980, surgiram algumas dissertações e teses a respeito da prostituição no final do século XIX e início deste. Todas elas exploram a vasta documentação médica e jurídica produzida naquele período acerca do assunto.

Sendo assim, se esses trabalhos revelaram o pensamento de médicos e juristas da época, o nosso mostra de que forma os jornais "filtraram" e "traduziram" essas informações, pois foi através desses periódicos que grande parte da população teve acesso a versões de fatos e histórias sobre a prostituição, mundo distante e nebuloso para a maioria.

Escolhemos como fontes primárias da nossa investigação espaços discursivos de alguns dos jornais de maior circulação e duração do período: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Noite* e *O País*.

Contornos da prostituição no espaço urbano

Durante as épocas do Brasil Colonial e do Império, a prostituição, enquanto atividade mercantil, já existia, mas de forma reduzida e dissimulada. Em meados do século XIX, a atividade começa a crescer e, no fim deste mesmo século, as profissionais do sexo espalham-se pela cidade, adquirindo visibilidade.

Aconteceu que, a partir da década de 1850, a expansão urbana fez com que marinheiros, imigrantes e migrantes de outras regiões do País possibilitassem o incremento do baixo meretrício, enquanto a nova aristocracia do café abria espaço para a prostituição de luxo.

Essa explosão do comércio do prazer e, principalmente, do lenocínio, aconteceu num momento em que a mão-de-obra escrava vinha, paulatinamente, sendo substituída pelos imigrantes europeus considerados especializados e superiores.

Acompanhando essa tendência, o universo da prostituição também passa a privilegiar as profissionais do Velho Mundo. Dessa forma, duas imagens extremas da prostituição, que reproduziam os contrastes sociais

da sociedade carioca, foram consagradas pelo imaginário coletivo: a das “polacas” e das “francesas”.

Na verdade, nem todas as cocotes, como eram chamadas as prostitutas de luxo da época, eram francesas. Por sua vez, o baixo meretrício era exercido, além das polonesas, pelas espanholas, portuguesas, italianas, russas, austríacas, alemãs e, até mesmo, francesas.

A “polaca” sintetizava a imagem da proletária do sexo, da mulher pobre oriunda das regiões agrícolas européias, empobrecidas após a Revolução Industrial; significava estar sujeita ao tráfico internacional de mulheres e, conseqüentemente, ao submundo do prazer.

Ser “francesa” significava ocupar lugar privilegiado na hierarquia da prostituição e gozar de excepcionais condições de vida, já que essa foi absorvida pela burguesia nascente como símbolo de modernidade.

Após a instalação da ordem republicana, quando o País procurava aproximar-se do progresso representado pelas nações européias, especialmente pela França, a imagem das cocotes - “reais ou produzidas” - firmou-se, ainda mais, como associada à da modernidade. No imaginário social, o charme dessas mulheres estava associado “a sua maior capacidade de sedução” e “seu domínio das regras de comportamento civilizado”. Assim, é construído o perfil da *femme fatale*, desejada por conferir status a seus acompanhantes.

As prostitutas de luxo, até então encontradas apenas em lugares determinados, passam a desfilarem pelas ruas, freqüentar restaurantes, casas-de-chocolate, cafés-cantantes e dançantes, e teatros, “simbolizando a modernidade e o requinte francês da cidade”. Suas presenças também eram notadas nas modernas confeitarias, como a Pascoal e a ainda existente Colombo, onde os diversos públicos compareciam em horários diferenciados.

Já as prostitutas pobres enfrentavam a intolerância e a arbitrariedade da polícia, praticadas com a cumplicidade da Justiça e de setores da sociedade, como os grandes e pequenos comerciantes. Porém, a despeito de tudo isso, o baixo meretrício, em última instância, era visto pela burguesia como um “mal necessário”.

A prostituição segundo conceitos médicos da época

Desde meados do século XIX, com o crescimento da prostituição feminina no Rio de Janeiro, a medicina promovia forte campanha contra as meretrizes.

No início do século XX, os médicos confirmam e aumentam o controle exercido sobre o espaço público e, conseqüentemente, sobre as prostitutas.

A categoria médica, diante do fenômeno da prostituição, dividia-se entre o “regulamentarismo” e o “anti-regulamentarismo”. Os médicos regulamentaristas, maioria absoluta entre 1845 e 1890, eram influenciados pelos médicos higienistas franceses, especialmente por Parent-Duchâtelet. Tais médicos franceses que estudaram a prostituição na primeira metade do século XIX “impuseram a sua estratégia de controle e regulamentação do meretrício, principalmente na cidade de Paris”, a partir de 1802. Sendo

assim, os médicos nacionais insistiam na adoção de medidas semelhantes no Brasil.

Os regulamentaristas concebiam a prostituição como “um grande mal”, mas um “mal necessário” para a manutenção da estabilidade das famílias e de toda a sociedade, derivando daí a necessidade de sua regularização. Pretendia-se normatizar a prostituição pública, institucionalizada e tolerada, e eliminar a clandestina, impossível de ser controlada.

“As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias. [...] O bordel deveria ser o anticortijo, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo, a sua maneira, a intimidade conjugal burguesa. [...] Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. [...] Os regulamentaristas defendiam ainda a marginalização e o tratamento obrigatório de todas as prostitutas que fossem encontradas doentes.”

No Brasil, as críticas ao sistema regulamentarista aumentaram bastante na década de 20. Passa a predominar, especialmente na comunidade médica, o “abolicionismo” que criticava principalmente o registro legal das prostitutas. Segundo os abolicionistas, a polícia de costumes “era vista como uma máquina que transformava ‘putas ocasionais’ em ‘putas eternas’: a prostituta inscrita acabava se tornando uma prisioneira perpétua da polícia”.

Cabe lembrar que o objetivo dos abolicionistas não era a extinção da prostituição que também eles consideravam necessária, “mas a libertação das prostitutas das garras da polícia que exercia sobre elas um poder arbitrário e violento e a destruição de um sistema que marginalizava as mulheres e violava o direito de liberdade individual”. Apesar do discurso liberal, os abolicionistas também agiam em nome “da moralização das condutas, da repressão dos instintos e do controle das pulsões”.

Os médicos brasileiros, no final do século XIX, também eram influenciados pelas idéias dos médicos evolucionistas italianos Lombroso e Ferrero. Para eles, a mulher “normal” apresentava graves defeitos, tais como fraca inteligência, frigidez sexual, fraqueza das paixões e dependência. Ao contrário dessas, as dotadas de maior sensibilidade sexual e forte inteligência eram consideradas degeneradas e masculinizadas. Alvo dos estudos de Lombroso e Ferrero, as mulheres consideradas desviantes, ou seja, as prostitutas e as criminosas, apresentariam “um defeito atávico, imane a própria natureza de certas criaturas o qual as levaria inevitavelmente à infringência da lei penal”.

O meretrício visto por autoridades policiais e juristas

Enquanto os médicos situavam a prostituição no campo da sexualidade pervertida, os textos legais associavam-na à vadiagem, mendicância e alcoolismo, o que também terminava por colocá-la no âmbito da desordem moral e social.

O Código Penal de 1890, o primeiro da República, passa a considerar o lenocínio¹ como crime. Os cafetens estariam sujeitos de um a dois anos de reclusão. Em 1907, um decreto sujeitou os cafetens estrangeiros à pena de expulsão. Em 1921, o lenocínio tornou-se crime inafiançável, contudo, a repressão à prostituição propriamente dita permaneceu sem critérios definidos.

Em 1897, à corrente dos médicos abolicionistas soma-se a opinião do advogado Evaristo de Moraes, jurista de formação liberal. Contrário à repressão direta da prostituição, Evaristo de Moraes considerava a regulamentação uma forma de violação à liberdade individual. Preocupado com a “sifilização do povo”, achava, no entanto, que essa questão deveria ser resolvida por “médicos especialistas” e não pela “polícia ignorante e muitas vezes corrupta e brutal”. Além disso, o jurista alertou para o fato de a repressão recair somente sobre as “baixas rameiras, as pobres mercadoras do amor barato”, enquanto os regulamentaristas mostravam-se condescendentes com “as pecadoras d’alto bordo”.

As empresas jornalísticas e os jornalistas

Desde os anos de 1880 e especialmente a partir da década seguinte, o jornalismo carioca passou por grandes modificações com o surgimento das empresas jornalísticas. A partir de então, participando do jogo de poder e prestígio necessário à conquista de novos leitores e à participação política, a imprensa buscou prestígio em novas fórmulas editoriais e políticas.

Até então, os periódicos eram basicamente opinativos e a grande estrela das edições era o artigo de fundo, ou seja, o editorial. Com a implementação de mudanças, o objetivo básico dos jornais diários passa a ser a pretensa neutralidade da informação que os próprios periódicos definiam como 2ª sentença, “imparcial” e “veraz”.

Essa auto-atribuição de valores, aliada ao sentido de eternidade intrínseco à palavra escrita, fez com que os conteúdos dos jornais passassem a ser identificados com a verdade, “revelando-se, *a priori*, como prova”, documento. Essa “representação ideal da sociedade” era fortalecida pela ilustração “descritiva” e, mais tarde, pela fotografia.

A camada letrada da população, que se ampliou consideravelmente a partir de 1880, era a primeira a ser atingida pela disseminação das novas normas e comportamentos padronizados. Além disso, era em seu interior que se encontrava o grupo responsável por uma idealizada “missão

¹ Lenocínio é o ato caracterizado pelo fato de se prestar assistência à libidinagem alheia ou dela tirar proveito, e cujas modalidades são o proxenetismo (manter prostíbulos ou lugares destinados a fins libidinosos), o rufianismo (viver à custa de prostitutas) e o tráfico de mulheres.

civilizadora". Porém, "como uma teia, a palavra impressa traçava suas ramificações, formando conceitos", que terminavam por influenciar as classes subalternas e, entre elas, o grande grupo dos analfabetos.

E os jornalistas? Quem eram eles? Além dos grupos dirigentes dos diversos jornais, as redações eram compostas basicamente por dois tipos.

No primeiro grupo encontravam-se aqueles que buscavam no jornal "a possibilidade de ascensão na escala social", o que possibilitaria, mais tarde, a conquista de um lugar na política. No segundo, estavam os que, já exercendo uma profissão liberal, também dedicavam-se ao jornalismo, buscando reconhecimento e ainda aqueles que esperavam, como já vimos, afirmarem-se enquanto literatos.

"Assim, no início do século, os estudantes ou jovens recém-saídos das escolas superiores, na maioria das vezes da Faculdade de Direito, buscavam se tornar jornalistas." Inclusive chama atenção o fato de muitos desses profissionais trabalharem nos periódicos sem qualquer remuneração, apenas movidos pela vontade de "ocupar posição de prestígio" conferida pelas folhas.

Metodologia

A investigação foi feita com base na metodologia proposta pela análise do discurso (AD) de tendência francesa, cujo quadro epistemológico pressupõe a articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. *Materialismo histórico* como teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida como teoria da ideologia.
2. A *lingüística* como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos [que ordenam a disposição das palavras na frase e das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si e a correta construção gramatical] e dos processos de enunciação.
3. A *teoria do discurso* como teoria da determinação histórica dos processos semânticos."

Resultados da pesquisa

O primeiro bloco de textos analisados refere-se ao caftismo. São discursos produzidos de 1895 a 1915, portanto, durante 21 anos. Apesar de o *Jornal do Brasil*, com reportagens sob o título "as escravas brancas: os parasitas do vício", e *O País*, sob o título "A podridão do vício", terem feito campanhas sistemáticas contra o caftismo e o *Correio da Manhã* e *A Noite* terem publicado apenas algumas matérias, os discursos produzidos, a não ser pela quantidade, não revelam diferenças dignas de nota.

Já nesse conjunto de textos, fica claro que, em nível interdiscursivo, os enunciadotes recorreram, principalmente, à formação discursiva policial, já que as reportagens estão repletas de casos e dados fornecidos por delegacias.

Uma das consequências desse fato foi a adoção de um discurso anti-semita que superpôs a imagem do cáften a do judeu. Além de os jornais não apontarem intencionalmente a existência de caftens de outras nacionalidades, em nenhum momento foi citada a perseguição que os judeus sofriam na Europa, o que certamente contribuiu para que muitos deles optassem por essa atividade. Dessa forma, a questão foi totalmente deslocada do campo sócio-econômico para o da moral.

O discurso jornalístico também foi bastante permeado pela formação discursiva jurídica. Isso pode ser percebido na própria escolha do tema principal dessas reportagens, o caftismo. Apesar de os discursos serem extremamente conservadores com relação à imagem da prostituta, colocada em conjunção com a imoralidade e a doença, percebe-se que a prostituição é tolerada. O que está em discussão é a figura do cáften. Os jornais, em acordo com o Código Penal de 1890 que considerava o lenocínio crime, passam a combater os homens que exerciam tal atividade.

Ao privilegiar informações de determinado segmento - no caso, as delegacias -, os enunciadores, inevitavelmente, fazem um recorte no universo do caftismo e da prostituição, tornando regra o que seria apenas uma das verdades possíveis. Dessa forma, não podemos deixar de recusar o discurso da imprensa diária que reforçou a crença nas imagens únicas do cáften-algoz e da prostituta-subjugada. As incoerências encontradas na abordagem textual e as afirmações de outros autores levam à conclusão óbvia de que cáftens e prostitutas não eram simples imagens conformadas a partir de um referencial burguês, mas categorias formadas por pessoas e diferentes histórias.

Como já dissemos, o discurso produzido pela imprensa foi classista. Nesse conjunto de textos, por exemplo, a prostituição e o caftismo aparecem como atividades das classes subalternas, já que a intervenção policial, no sentido de disciplinar a comercialização do sexo, atingiu quase que exclusivamente o proletariado do sexo. O próprio viés anti-semita dos textos leva a essa conclusão, pois a grande maioria dos caftens de origem judaica não encontravam guarita entre as classes dominantes da sociedade carioca. O mesmo não acontecia, por exemplo, com os cáftens de origem francesa que vinham com cartas de recomendação para altos funcionários, de quem passam a ser protegidos, em troca dos favores da sua profissão.

Os três outros blocos de textos analisados - "prostitutas, assassinatos e suicídios"; "assassinadas por clientes ocasionais" e "vítimas de amantes e ex-amantes" - agrupam reportagens sobre crimes cometidos por prostitutas ou contra elas. Aqui, mais uma vez, pesa o critério excepcional do noticiário que privilegiou a exceção das exceções, o crime. A essa escolha, somou-se a linguagem universalizante dos textos que, de maneira geral, buscava esquadriñar a personalidade e o comportamento de cada protagonista em questão para depois atribuí-los a todos de sua categoria. O resultado desse procedimento foi o reforço na crença de que o universo da prostituição seria de alta periculosidade, portanto, ameaçador para quem interagisse com ele.

Assim como aconteceu na coletânea de textos sobre o caftismo, é de saltar aos olhos o quanto a formação discursiva dos jornais foi impregnada pelo discurso policial nesses outros textos. Podemos afirmar que os enunciadores-repórteres praticamente se apropriaram da formação discursiva policial, já que grande parte dos discursos eram baseados em boletins de ocorrência e depoimentos oficiais e, muitas vezes, transcreviam trechos de tais documentos.

Nesses textos sobre assassinatos e suicídios também é bastante perceptível a influência da formação discursiva médica. Apesar de os enunciadores não lançarem mão explicitamente das idéias dos médicos evolucionistas italianos Lombroso e Ferrero, suas argumentações a respeito do caráter das prostitutas em questão, bem como a conjugação de características atribuídas a elas, terminaram por lembrar as 'criminosas' descritas por aqueles médicos.

Também é preciso mencionar que o discurso referente a cada prostituta e seu envolvimento numa situação de morte foi diferenciado a partir de critérios definidos pelo comportamento da classe dominante. Assim, a produção de um discurso que condenasse a mulher ou que fosse um pouco mais benevolente dependia de valores creditados pelo enunciator a ela, bem como à outra parte envolvida.

No caso das mulheres que mataram, era regra considerá-las de conduta 'desviante'. A assassina Rita, "meretriz de baixa esfera", por exemplo, apesar de, segundo os textos, ter matado para se defender, é considerada "terrível" e rancorosa. Regina, atriz que "teve vários amantes", foi apontada como uma mulher capaz de matar e suicidar-se "com admirável segurança". China do Paím, "decaída ao último degrau da prostituição", seria uma mulher de "gênio sanguinário".

Quando o que estava em questão era a morte da prostituta, tudo dependia das "qualidades" ou "deméritos" do agressor e da comparação entre ambos.

Conclusão

A imprensa diária se auto-afirmava como independente, verdadeira e imparcial. Construiu sobre si própria uma imagem idealizada de seu papel e de sua missão na sociedade. Dessa forma, a profissão do jornalismo e seus profissionais também foram revestidos com as mesmas qualidades atribuídas à imprensa. Formou-se, então, um círculo vicioso. Os jornais diários conferiam prestígio a seus profissionais e, portanto, os jornalistas aceitos em seus quadros eram tidos como pessoas de educação esmerada e inteligência brilhante. Seja como for, o que nos interessa é fazer perceber que esses profissionais ocupavam ou pretendiam ocupar lugar de destaque na sociedade da época. Como era de se esperar, eles procuravam amoldar suas opiniões às dos jornais que, por sua vez, estavam entre as instituições integrantes do poder.

Diante dessas observações, podemos afirmar que, do ponto de vista da Análise do Discurso, há uma hierarquia preestabelecida entre os

enunciadores e os enunciatários, já que aqueles ocupavam, na interlocução, posição de ascendência, autoridade e, mais que tudo, de veracidade frente ao assunto abordado.

Essa constatação adquire grande importância para a nossa análise ao ser confrontada com duas questões que não eram corretamente avaliadas na época. A primeira, diz respeito à subjetividade existente em todos os textos, inclusive nos jornalísticos, ainda que em menor proporção. A segunda, refere-se ao fato de os jornais privilegiarem fatos excepcionais. Assim, o resultado geral é a veiculação de um conteúdo que valorizava o extraordinário, o ineditismo, sob uma aura de imparcialidade e de verdade.

Levando em consideração o conjunto dos discursos analisados, podemos traçar algumas conclusões gerais. Em primeiro lugar, a formação discursiva dos jornais contribuiu para uma compreensão maniqueísta do fenômeno da prostituição, reforçando os preconceitos apregoados pelos discursos médico e jurídico-policial da época.

Em segundo, o discurso produzido foi extremamente classista, recaindo sobre o proletariado do sexo, alvo de referências negativas e extremamente explorado no noticiário policial. As prostitutas de luxo, com as quais se envolvia parte da elite carioca, sequer foram alvos de notícias de quaisquer naturezas.

Em terceiro, as prostitutas das classes populares foram alvo de um discurso padronizante, que desconsiderou a individualização de suas experiências em favor da construção de uma imagem de categoria nociva à sociedade.

Por fim, os protagonistas do mundo da prostituição não foram empiricamente considerados - como fontes, por exemplo -, mas utilizados como imagem virtual de um discurso jornalístico preconcebido.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro - 1880/1920*. Tese de doutoramento em história. Niterói: UFF, em execução.
- BICALHO, Maria Fernanda Batista. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- CERVONI, Jean. Trad. Garcia dos Santos. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque"*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1984.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da "belle époque"*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1987.
- FICO, Carlos. *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro: 1890-1945*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1989.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. Coleção repensando a língua portuguesa. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1989.
- FOUCAULT, MICHEL. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981; 2 vols.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HAROCHE, Claudine. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- LECOMTE et al., Alain. "Análise do discurso: estratégias de descrição textual (1984)", in *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; 2 vols.
- MACHADO et al., Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, Editora da Unicamp, 1989.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. *Sujeito e texto*. São Paulo: Educ, 1988.
- ORLANDI et al., Eni Pulcinelli. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no*

- campo. São Paulo: Cortez, 1989.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX Michel et al., "Apresentação da análise automática do discurso (1982)", in *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RENAULT, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX : visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901*. Rio de Janeiro: José Olympio & Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. "Estado e saúde pública no Brasil, 1889 - 1930", in *Dados, Revista de Ciências Sociais do IUPERJ*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Vol. 23, n. 2.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no 'fin de siècle'*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930", in *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1975.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- VAINFAS, Magali Engel. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845 a 1890*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.

Em 1998, você também não pode
passar sem.



INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação

Publicação semestral da Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação - Intercom

ASSINATURA ANUAL - R\$ 50,00

Preencha já o cupom de pedido que se encontra no final da revista e
envie acompanhado de cheque nominal para:

**Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da
Comunicação**

**Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, nº 443 - Bloco "A" - Sala 01 -
CEP 05508-900 - São Paulo - SP**